



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024 RP Nº 007/2025

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte Escolar para atender alunos da Rede Pública de Ensino de Conselheiro Lafaiete, conforme condições constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por VIEIRA TURISMO & TRANSPORTES LTDA, protocolada via e-mail na data de 17/02/2025, às 15:14h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 013/2025, Pregão Eletrônico nº 008/2025, RP nº 007/2025.

Extraem-se da impugnação as seguintes alegações:

a) Irregularidade do requisito de habilitação previsto no item 8.7.6 do Edital (Qualificação Técnica), ao argumento de ausência de justificativa para se exigir comprovação de experiência na prestação de serviço em quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quilometragem anual exigida no certame;

b) Irregularidade do requisito de habilitação previsto no item 8.7.6 do Edital (Qualificação Técnica), ao argumento de que tal cláusula restringe *"a validade dos atestados a um período de 12 meses, o edital contraria expressamente o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que veda a imposição de limitações temporais para a comprovação da experiência técnica"*;

c) A pesquisa de mercado realizada para a estimativa do valor da contratação, conforme descrita nos itens 7 e 8 do Estudo Técnico Preliminar - ETP, não atenderia aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, comprometendo a confiabilidade dos valores estimados e a própria eficiência da licitação;

d) Ausência de disposição no Edital prevendo como *"requisitos obrigatórios de habilitação e execução contratual a implementação das exigências contidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), dentre outras legislações aplicáveis. Tais exigências, essenciais no cenário contemporâneo, incluem a adoção de Programas de Compliance e medidas de governança relacionadas à proteção de dados pessoais"*.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento das respectivas Impugnações, com a retificação das disposições editalícias impugnadas.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza a Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os



seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

De acordo com o item 12.1 do Edital, *“As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link “editais e resultados” e posteriormente “impugnar”.*

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 24/02/2025, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 17/02/2025, às 15:14h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Ressalta-se que não fora observada a forma de interposição prevista no instrumento convocatório (protocolo no portal BBMNET, nos termos do item 12.1 do Edital), não sendo o encaminhamento via e-mail forma de interposição contemplada no instrumento convocatório.

Não obstante, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação, como medida de flexibilização de formalismo, e em observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

III. Do mérito da Impugnação

III.1. Das exigências previstas no item 8.7.6 do Edital e no item 12.1 do Anexo I – Termo de Referência

O julgamento da Impugnação consiste em verificar, primeiramente, a conformidade das exigências estipuladas para fins de habilitação (qualificação técnica), previstas no item 8.7.6 do Edital e no item 12.1 do Anexo I – Termo de Referência.

Dispõe o instrumento convocatório em relação ao tópico impugnado:

“8.7. DECLARAÇÕES E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(...)

8.7.6. Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante prestado serviços com característica similar, equivalente ou superior ao objeto licitado, considerando o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo anual previstos para o respectivo item licitado, em período de até 12 meses. O atestado deverá, preferencialmente, conter: nome empresarial e dados de identificação do emitente, local, data de emissão, nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.”

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos



conhecimentos e condições técnicos para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a *"Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo"*.

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 67, inciso I (capacidade técnico-profissional) e inciso II (capacidade técnico- operacional).

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

No caso concreto, não assiste razão ao Impugnante, cujas alegações, com a devida vênia, decorrem de interpretação equivocada das cláusulas editalícias. Vejamos:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

(...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, **será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo**, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

(...)

*§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, **por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.**" (destacamos)*



Em relação à primeira alegação do Impugnante, resta clara a conformidade do item 8.7.6 do Edital com as disposições do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021, haja vista constar claramente no instrumento convocatório o quantitativo mínimo de referência de **50% (cinquenta por cento)**, isto é, exatamente aquele admitido na legislação.

Por sua vez, em relação à segunda alegação do Impugnante, observa-se que o item 8.7.6 do Edital amolda-se perfeitamente ao disposto no art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de ser exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo (**12 meses**, no caso do PRG 008/2025), que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

Importante frisar que tal menção a período de tempo não se refere à limitação temporal cuja vedação encontra-se prevista no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a qual, por sua vez, visa coibir a estipulação de limites para data de emissão dos atestados ou da prestação de serviços em si, de modo a afastar a alegação de irregularidade.

III.2. Da análise de conformidade do preço de referência

A Lei nº 14.133/2021 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas. O art. 23, *caput* e §1º, da referida lei, determina que no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros previstos nos incisos I a V do dispositivo, adotados de forma combinada ou não. Já o art. 59, ao tratar sobre o julgamento das propostas, não admite a apresentação de preços inexequíveis, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, ou que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

Assim, é necessário que o órgão licitante possua estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado.

A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global.

Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor de mercado para uma pretensão contratual.

O Impugnante alega a existência de vício na estimativa de preços referida no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Mais uma vez, sem razão o Impugnante, que confunde a mera estimativa de preços realizada na fase preliminar do processo, durante a confecção do ETP, com a pesquisa de preços propriamente dita, realizada para fins de obtenção do preço de referência a balizar o certame.



No caso concreto, observa-se que a pesquisa de preços para fins de determinação dos preços estimados no processo licitatório foi realizada pelo Setor de Orçamentos da Secretaria Municipal de Administração do Município de Conselheiro Lafaiete (*vide* fls. 33/62), mediante cálculo da mediana dos valores obtidos via utilização combinada de pesquisa de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, bem como valores obtidos em Banco de Preços.

Referida pesquisa foi realizada com observância do disposto no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como dos procedimentos para cotação previstos no Decreto Municipal nº 560/2023, conforme declaração acostada aos autos físicos do processo.

Portanto, verificada a regularidade da pesquisa de preços e, lado outro, à mingua de fundamento plausível, apto a embasar minimamente a alegação de irregularidade na cotação (como visto, formulada em relação à estimativa do ETP), reputa-se improcedente a impugnação também neste tópico.

III.3. Da análise da aplicabilidade no certame das disposições constantes nas Leis Federais nº 13.709/2018 e 14.133/2021

Por fim, o Impugnante alega a ausência de disposição no Edital prevendo como *“requisitos obrigatórios de habilitação e execução contratual a implementação das exigências contidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), dentre outras legislações aplicáveis. Tais exigências, essenciais no cenário contemporâneo, incluem a adoção de Programas de Compliance e medidas de governança relacionadas à proteção de dados pessoais”*.

A impugnação, também no presente tópico, é manifestamente improcedente.

As normas – notadamente aquelas positivadas em diplomas legais – quando dotadas de eficácia jurídica, encontram-se automaticamente aptas à produção de seus efeitos, independentemente de menção no Edital.

Em se tratando de norma com efeitos sobre processos licitatórios, descabe tergiversar acerca da (in)aplicabilidade do diploma, simplesmente pelo fato de haver (ou não) menção no instrumento convocatório da licitação.

A Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) *“dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”*.

Por sua vez, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Destarte, a aplicação da norma em abstrato decorrerá, por si só, da concretização das hipóteses pré-definidas de incidência.

A Lei nº 14.133/2021 preconiza em seu artigo 25 que *“O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às*



penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento". Observa-se que a Lei Geral de Licitações não exige que o Edital de licitação mencione expressamente todas e cada uma das normas jurídicas aplicáveis à licitação.

A propósito, assim não poderia deixar de ser, visto que, do contrário, estaria o instrumento convocatório fadado a elencar um sem número de instrumentos jurídicos presentes no arcabouço jurídico.

Portanto, sem maiores delongas, diante da notória ausência de plausibilidade, mister seja rechaçada a Impugnação, descabe qualquer modificação no Edital.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por VIEIRA TURISMO & TRANSPORTES LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via Plataforma BBMNET e/ou e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 20 de fevereiro de 2025.


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Pregoeiro